

A. I. N° - 206894.0004/03-8
AUTUADO - J B FERREIRA NETO & CIA LTDA.
AUTUANTE - LÍDIO DE SOUZA TELES
ORIGEM - IFMT/DAT METRO
INTERNET - 29.08.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0327-03/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM NOTA FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Na saída de mercadorias do estabelecimento de contribuinte deve ser emitida a nota fiscal correspondente para documentar a realização da operação. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 16/05/2003, exige ICMS de R\$608,60 e multa de 100%, em decorrência do transporte de mercadorias sem documentação fiscal.

O autuado ingressa com defesa, fls. 14/15 e inconformado com a autuação alega que a mercadoria objeto da autuação, 200 sacos de cimento, foram encomendados pela CLM – Construtora Luiz Mendes Ltda., conforme Ordem de Compra nº 04, em anexo, datada de 14/05/03. Diz que na data da ocorrência, dia 15/05/03, antes da efetiva entrega, o autuado recebeu o comunicado de “cancelamento do pedido”, mas como o caminhão já havia sido carregado, no exato momento da ação fiscal, se encontrava parado na porta do estabelecimento, visando o descarregamento. Afirma que está situada na Rua Hélio Machado, mas que possui entrada também pela rua Bernadete Dias, local citado no Auto de Infração, como da ocorrência, presumindo, assim, que a mercadoria estaria em circulação ou fora do estabelecimento, o que não reflete a realidade. Anexa documento fornecido pela Prefeitura de Salvador e foto anexos, para comprovar que o estabelecimento fica na esquina das duas ruas, e que a mercadoria estava sendo descarregada, face ao cancelamento da operação de saída. Além do mais, trata-se de mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária, cujo imposto é recolhido por antecipação. Junta notas de aquisição de cimento, até o mês de junho de 2003, perante o mesmo fornecedor, na tentativa de provar que as operações são tributadas por antecipação. Quanto à saída cancelada, mesmo que houvesse, seria destinada a construtora, ou seja, a consumidor final, não havendo o que se falar em nova tributação. Pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante presta informação fiscal, fl. 34, e ressalta que a defesa em nenhum momento contrapõe-se à afirmativa de que a mercadoria se encontrava desacompanhada de nota fiscal, e que as mercadorias negociadas sem nota fiscal são aquelas adquiridas também sem nota fiscal, o que explica a razão desse tipo de operação. Afirma que como a mercadoria não pode ser considerada “inconfundível”, consequentemente não se pode dizer que os documentos, relativos à Ordem de Compra nº 04 e o respectivo cancelamento, emitidos pela empresa CLM – Construtora Luiz Mendes Ltda., se refiram à carga que fora apreendida, exatamente pela ausência da nota fiscal com seu respectivo destinatário.

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado para exigir o imposto em decorrência da constatação, pela fiscalização de trânsito, de transporte de mercadorias sem a competente documentação fiscal.

Trata-se do transporte de 200 sacos de cimento Mizu, encontrados no caminhão de placa policial nº JKW – 184, que se encontrava na rua Bernadete Dias, Boca do Rio, desacompanhados de Nota Fiscal, conforme o Termo de Apreensão nº 124157.0002/03-1, de fls. 05/06.

O autuado, na tentativa de comprovar que as mercadorias estavam sendo descarregadas, imediatamente após o cancelamento do pedido pelo cliente CLM - Construtora Luiz Mendes Ltda., e que não teria dado tempo de emitir a nota fiscal de saída. Para comprovar sua assertiva, junta documentos tais como croqui da área do Bairro da Boca do Rio, onde está localizado o seu estabelecimento, e a foto de sua casa comercial, que faz esquina com as ruas Bernadete Dias e Hélio Machado, no bairro da Boca do Rio.

Tenta também descaracterizar a autuação, sob o argumento de que a mercadoria estaria sob o regime de substituição tributária, e que o ICMS devido na operação já teria sido antecipado.

Contudo esta assertiva não prevalece, pois não há como identificar que as mercadorias objeto da apreensão são as mesmas que tiveram o imposto antecipado, mesmo porque não foi emitido o competente documento fiscal de saída.

Os documentos fiscais devem ser emitidos pelos contribuinte do ICMS, sempre que realizarem operações ou prestações de serviços sujeitas à legislação do ICMS. Entendo que não há efetivamente, como ser comprovado que os documentos “ordem de compra nº 04” e “cancelamento de ordem de compra nº 04”, referem-se à carga de 200 sacos de cimento, encontrados desacompanhados de nota fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206894.0004/03-8**, lavrado contra **J B FERREIRA NETO & CIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$608,60**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a” da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de agosto de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR